

ALGUMAS QUESTÕES DE TOPONÍMIA PRÉ-ROMANA DO OCIDENTE PENINSULAR¹

Amilcar Guerra

Na sequência do trabalho que me ocupou há alguns anos, centrado essencialmente na reanálise da documentação correspondente aos nomes de natureza geográfica do ocidente peninsular (Guerra 1998), muitas questões particularizadas se levantaram, especialmente problemas decorrentes da confrontação das fontes compulsadas: textos literários, epigrafia e numismática. São alguns dos aspectos mais problemáticos ou em relação aos quais a minha interpretação se pode contrapor à *communis opinio*, que aqui se expõem, concernentes, em primeiro lugar, à determinação da forma dos nomes.

Uma parte são resultados das minhas próprias observações de material epigráfico, aqui exclusivamente reportado a inscrições do Noroeste, por tradição uma área em que os suportes colocam problemas mais sérios de leitura e a respeito dos quais são frequentes as divergências entre investigadores. Um outro tipo de contributo concerne à relação entre determinadas ocorrências, normalmente de natureza diferente (isto é, entre textos literários e inscrições) que podem dar credibilidade a algumas hipóteses de localização nunca aventadas, ou divergentes das que a tradição consagrou. Por fim, alguns dos nomes em análise colocam questões gerais de natureza linguística ou histórica (ou das duas, simultaneamente) que importa analisar nesta sede.

1. *Abinis e Madaecis*

Em primeiro lugar, um problema linguístico, mais concretamente de natureza flexional, decorrente de documentação epigráfica originária do noroeste peninsular, âmbito no qual se situam as questões aqui abordadas. Uma das epígrafes em questão, a célebre estátua de guerreiro lusitano encontrada em Santa Comba, concelho de Cabeceiras de Basto, distrito de Braga, apresenta uma inscrição que deu origem a uma vasta polémica, ainda não resolvida, cuja vertente essencial era de natureza epigráfica, com reflexos de

¹ Ao longo do trabalho utilizar-se-ão, para as províncias espanholas ou distritos portugueses, as seguintes abreviaturas: BR - Braga; OR (Orense); PO - Pontevedra; PR (Porto). Serão igualmente usadas as correspondências: NL (NNL) - nome(s) de lugar; NE (NNE) - Nome(s) de entidade(s) étnica(s); NP (NNP) - nome(s) de pessoa.

alguma importância no domínio histórico, mas a que não se atribuiu uma especial transcendência linguística. No escudo que essa figura ostenta leu, a seu tempo, C. A. F. DE ALMEIDA (1981, p. 115) a sequência CALVBRIGENSES ET ABIANIS, tendo mais tarde preferido, em alternativa ao segundo nome, a lição ABINIS (Almeida, 1982, p. 83). Contemporaneamente Armando Coelho Ferreira da Silva apresentava ao Colóquio de Lisboa (Silva, 1985, p. 206) a interpretação divergente de CALVBRIGENSES E(X)S ALBINIS. Uma discordância que, na prática se resumia a dois aspectos de relevância muito diversa: 1) Se o segundo nome próprio, verosimilmente um étnico, se iniciava por um nexa AL ou se, simplesmente, por um A; 2) e, questão mais relevante, se este era precedido de T ou de um S.

Reportar-se-á unicamente esta última questão, deixando esquecida a primeira, sobre a qual não é fácil decidir. Numa primeira análise, não havia dúvidas sobre a necessidade de optar por esta hipótese, tanto mais que a proposta era acompanhada de um decalque obtido por método dicromático, o qual, não sendo taxativo, permitia sustentar uma tal lição e um desenho que traduzia a observação do autor.

A análise da documentação fotográfica, própria e alheia, e, acima de tudo, a autópsia do monumento, feita em diversas circunstâncias e sob diferentes condições, levaram-me a aceitar a justeza da hipótese de Ferreira de Almeida, também postulada por outros autores (Callo, 1983, p. 178; García Martínez, 1995, p. 165, contra Rodríguez Colmenero, 2000, p. 1671, que lê ABIANIEN(ses)) pelo menos no aspecto mais relevante, o da existência da copulativa a ligar os dois NNE.

A posteriori, a fiabilidade desta interpretação ganhava mais consistência com os seguintes argumentos:

1. Uma possível ocorrência ES por EX é claramente inusitada, verificando-se, sim, a tendência contrária, para uma grafia hipercorrecta do tipo EXS;
2. A expressão do *origo*, quando este é composto por duas entidades de plano diferente (do tipo *ciuitas* + *castellum*), apresenta as seguintes variantes:
 - a) aposição dos dois elementos: *Gigurro Calubrigen(si)* (CIL II, 2610);
 - b) Nome da entidade maior e do nome do *castellum* ligados pela sequência *ex castello*: *Seurro Transm(iniensi) ex* \supset *Serante* (AE 1934, 19);
 - c) Como o anterior, mas sem preposição: *Seurrus* \supset *Narelia* (EE VIII, 126);
 - d) Com os dois elementos ligados pela palavra *domo*: *Susarru(s) domo Curunniace* (CIL III, 2016=8577);
 - e) Com associação de *castello* + *domo*: *Lanci* (uel *Lauci*) \supset *domo Vacoeci* (Pereira, 1982, pp. 255-6).

Constata-se que nenhum destes modelos corresponde ao que ocorre no exemplo em análise, ainda que se aproxime do citado em b), afinidade apenas aparente, a interpretar-se o texto de acordo com a proposta de Armando Coelho. Num caso teríamos o esquema *ciuitas* + *castellum*, no outro o contrário.

Portanto, a lição ES, para além de a autópsia a ter afastado, apresenta algumas dificuldades numa primeira análise insuspeitadas.

Resta, enfim, explicar a eventual viabilidade de uma lição ET ABINIS (*uel* ALBINIS). No cumprimento deste objectivo parece pertinente chamar à colação uma forma onomástica registada numa epígrafe de Alvarelhos, Santo Tirso (PR), a qual corresponde verosimilmente a um NE, atestado sob a forma MADAEQVIS. Uma vez que o contexto implica um nominativo do plural, o primeiro editor do texto (Silva, 1980, p. 84-86) presumiu que se trataria de uma abreviatura de um étnico MADEQVIS(ENSES), supostamente reportável a um topónimo **Madequisus* (-a). Na realidade, para além do insólito da abreviatura e da inusitada formação do que deveria ser o NL correspondente, MADEQVIS permite considerar uma outra possibilidade, que se afigura preferível.

A. C. Ferreira da Silva sugeriu, como base deste nome, um radical **mad-*, o mesmo que se encontra na expressão *Terras da Maia*, designação tradicional que abarca um amplo território em que o lugar do achado se integra e cujo elemento toponímico continua a designar uma localidade de certa importância. O nome aparece nos fontes medievais grafado de formas muito diversas, entre as quais *Amagia* (1045), *Amagiia* (1073), e, mais frequentemente, *Madia* (1258) e *Maya* (1097, 1286). Exceptuando esta última forma, considerada um compreensível redução de uma primitiva *Amaia*² (1009) e na qual se veria o resultado de uma deficiente separação de *Terras d'Amaia*, todas as restantes foram tomadas como falsos latinismos de criação medieval (Vasconcellos, 1941, pp. 55, 67-72, seguido por Machado, 1984, pp. 923-924). No entanto, a documentação epigráfica permite sustentar que a ocorrência *Madia*³ representa a forma toponímica pré-romana, sobre cujo radical se forma também o NE correspondente.

Penso não ser arriscado presumir que MADEQVIS, corresponderia, deste modo, ao adjectivo determinativo feito com o conhecido sufixo *-aico*, tão característico dos contextos linguísticos pré-romanos, mais concretamente galaico-lusitanos. Por isso, seria aceitável interpretar MADEQVIS como um nom. pl. anómalo do NE, que estaria por uma esperada forma **Madaeci*.

Esta equivalência só ganha sentido caso se comprovasse que a sequência gráfica QVI poderia realmente ser equivalente a uma grafia latina CI. Embora a questão necessitasse de uma mais extensa abordagem, penso ser suficiente, de momento, invocar alguns exemplos, retirados da epigrafia peninsular de período romano, que poderão servir de suporte a esta conjectura. Para cingir o problema à onomástica, recordo as alternâncias gráficas em antropónimos como *Anquema* / *Ancoema* (Cfr. Abascal, 1994, p. 227), *Doquirus* / *Docquirus* / *Doqirus* / *Doccyricus* (Ibidem, p. 345-347); *Quemia* / *Quemea* / *Coema* / *Coemea* (Idem, p. 477). Para além disso, as variantes

² Estão igualmente atestadas as formas *Amaee* (915) e *Amaie* (1097), as que se registam, portanto, na documentação mais antiga.

³ É particularmente abundante a documentação relativa a esta forma, registada amplamente e praticamente sem variações, nas Inquirições Gerais de D. Afonso III. Ocorre mais de vinte vezes, por via da regra na sua forma de determinativo - *termini Castelli Madie*, in *Castello Madie* (Inq. 505), *judex Madie* (Inq. 491, 499, 503, 511) - com frequência na indicação de proveniência de determinadas personagens: *Johannes Petri Madie* (Inq. 480, 481, 482, 483, 490, 507, 508, 512), *Suerius Johannis de Vermuy Madie* (Inq. 498).

Allucquius / Alluquius / Alluquius / Aluquius (Abascal, 1994, p. 268) remetem para um nome pessoal em que se poderia ver um derivado em *-ucio*, o qual teria um radical comum aos antropónimos *Alla, Allus, Allius / Alius, Allainus*, etc..

Nesta perspectiva, as grafias *-cquius, -quius, -qius*, acima enunciadas, seriam equivalentes a *-cius*, permitindo considerar que *Madequis* corresponderia graficamente a *Madecis*, e esta, por sua vez, a **Madaecis*, forma que, como se viu, seria facilmente explicável do ponto de vista linguístico.

Deste modo, *Madequis* estaria por **Madaeci*, como *Abinis* por *Abini*, constituindo mais dois exemplos de um modelo flexional que está longe de ser desconhecido em contexto hispânico. A este propósito, remete-se para as ocorrências recolhidas por M. J. Pena (1990-91, pp. 391-395) onde se apontam casos paralelos, todos eles originários de contextos inequivocamente latinos. Esta particularidade, bem documentada na epigrafia de território itálico, é tratada no âmbito dos estudos de morfologia latina, sendo geralmente interpretada como um caso de analogia com as formas de nom. pl. dos demonstrativos seguidos de enclítica (v. g. *hisce, eisdem*), ou, em alguns casos, como formas que teriam recebido a contaminação de alguns dialectos itálicos (Leumann, 1963, p. 276; Ernout, 1953, pp. 31-32).

M. J. Pena aponta alguns exemplos peninsulares, entre os quais o conhecida forma *legates*, registada na *tabula Alcantarensis*, mas não faz qualquer referência aos dois casos em análise. A explicação avançada, de que este fenómeno se poderia considerar uma manifestação da presença de populações originárias de determinadas regiões da Península Itálica, nomeadamente de uma área de língua osco-umbra, suscita algumas dúvidas, em especial nos casos acima enunciados, em relação aos quais não se vislumbra qualquer razão para que esse motivo concreto pudesse estar na origem das formas inusitadas.

Aceitaria mais facilmente, como explicação genérica, que se trata um problema de natureza flexional o qual, por razões ainda não determinadas, mas devida provavelmente a fenómeno de analogia com outras declinações, não necessariamente itálicas, teria conduzido à ocorrência pontual destes nom. pl. anómalos. Não seria, neste contexto, de excluir a possibilidade de as hesitações neste domínio radicarem em particularidades das próprias línguas locais. Todavia, o desconhecimento concreto a esse respeito, especialmente no que concerne à(s) língua(s) do Ocidente hispânico, não permite passar das conjecturas.

Anote-se que uma ocorrência de um eventual nom. pl. em contexto da língua “lusitana” se registaria na epígrafe bilingue de Lamas de Moledo, em concreto no que se considera um NE, *Veaminicori*, correspondente, na interpretação mais comum, a um tema em *-o*, no qual, à semelhança do latim e de outras línguas se inova, apondo-se a desinência *-i* (Untermann, 1997, pp. 733, 743). No celtibérico, estando documentados exemplos da marca comum das línguas indo-europeias em alguns temas em consoante (*-es*), mantém-se a incerteza a respeito da realização concreta deste caso nos temas em *-o* (Untermann, 1997, pp. 399-400; Villar, 1995, p. 104; Jordán, 1998, pp. 37-9; Wodtko, 200, p. XVIII). No que respeita aos temas em *-a-*, não foi até ao momento estabelecida com segurança, segundo Untermann, uma terminação em *-as*, por não haver fundamento, nos exemplos potenciais, para optar en-

tre este caso e o ac. do pl. (Untermann, 1997, p. 401, com uma listas das ocorrências, *contra* Villar 1995, p. 104). Falta, infelizmente, uma documentação inequívoca, no âmbito linguístico do Ocidente hispânico pré-romano, respeitante ao nom. pl. de tema em consoante, ainda que seja provável que siga a generalidade das línguas indo-europeias, apresentando a desinência *-es*.

O quadro, como se vê, não se afasta substancialmente do que se conhece para a língua latina. Por essa razão, as incertezas sobre as explicações destes particularidades aumentam consideravelmente. Por fim, atestase este mesmo fenómeno em alguns textos claramente originários destes contextos culturais romanos, como o nom. pl. *legates* registado na *Tabulae Alcantarensis*, um documento que oferece, além do mais, a datação muito precisa de 104 a. C., de uma fase, portanto, em que a língua pré-romana desta região deveria manter bem viva a sua personalidade.

2. *Lubaeni* e *Nynphae Lupianae*

Ao invés do que acontece com boa parte das entidades administrativas lusitanas, um número considerável das que correspondem à Galécia Bracarense apresentam problemas mais ou menos sérios. Há mesmo um conjunto significativo de etnias ou cidades cuja localização é meramente conjectural, não se dispondo de nenhum dado palpável que a apoie as diferentes hipóteses já enunciadas.

Entre os casos mais problemáticos encontram-se os *Nebisoci* (*Aebisoci* segundo a interpretação de outros), *Auobrigenses* (ou *Aobrigenses*), *Nemetati*, *Luanci*, *Narbasi*, *Lubaeni*, para além de casos definidos de uma forma vaga ou ainda em discussão como o dos *Interamici*, *Equaesii*, *Leuni*, **Seurbi*, *Caladuni*. Há, de facto, que procurar coligir os elementos de diversa natureza, de forma a contribuir para colmatar as amplas lacunas subsistentes. Neste sentido, proponho-me avançar com uma sugestão relativa aos *Lubaeni*, que deve entender-se como uma simples hipótese, uma vez que baseada, apesar de tudo, em argumentos não de todo consistentes.

A documentação proporcionada pelas fontes clássicas, base essencial para boa parte das localizações, não se apresenta, neste caso, muito favorável. O NE é referido unicamente por Ptolomeu e, por esse facto, a credibilidade das coordenadas não pode ser tomada em linha de conta. Não se tem questionado, de qualquer modo, a sua integração no âmbito da *Callaecia Bracarensis*, único elemento com que a investigação admite como seguro.

A circunstância de a cidade que lhe corresponde no elenco do geógrafo alexandrino se designar como *Cambaetum* levou vários autores —Hübner, Müller, Bosch, Etienne (1958, p. 43) a aceitarem uma antiga sugestão de Argote de o aproximar do topónimo actual *Cambezes*, no concelho de Monção, sem, todavia, atenderem à circunstância de este ser um nome geográfico frequente no Noroeste. Tovar (1989, pp. 312-313) propôs uma eventual identificação com Cambados (PO), assentando igualmente a sua proposta numa conjectural relação entre o apelativo pré-romano e um nome moderno de sonoridade semelhante. Por esta razão, as referidas hipóteses devem considerar-se arbitrárias e, portanto, inaceitáveis.

J. de Alarcão (1995-96, p. 28-29), perante as evidentes dificuldades decorrentes da escassez de dados, atribui-lhe primeiro uma localização definida de uma forma muito vaga (no Entre Douro e Minho), condizente com as incertezas reinantes. Mais recentemente, porém, apresentou três hipóteses concretas, tendo em conta algumas reflexões sobre a distribuição espacial das *ciuitates* desta região: a bacia do Neiva; as Terras de Basto; e a bacia do Rabagão.

Na análise da documentação epigráfica do Noroeste chamei a atenção para a evidente afinidade linguística entre o NE em análise e uma epígrafe de Tagilde (Caldas de Vizela, BR), em que se documentavam as *Ninphae Lupianae* (Guerra, 1998, pp. 504-505). Esta proximidade diz respeito, em primeiro lugar, à identidade do radical, apenas com a alternância entre a consoante surda e respectiva sonora e, para além disso, também a semelhança do sufixo, num caso *-aino*, em outro *-iano*.

Dada a reconhecida natureza tópica de boa parte dos epítetos teonímicos, nomeadamente dos que acompanham as Ninfas, não me parece descabido, sugerir uma identidade entre o nome que está na base destas duas ocorrências onomásticas.

Nestas circunstâncias, haveria que perguntar onde se localizaria a sede da *ciuitas* correspondente. Pela sua proximidade do lugar de achado da epígrafe em causa (dista dele apenas 3 km), é incontornável a hipótese de Caldas de Vizela, onde uma inscrição monumental foi dedicada pelo *legatus Augusti, T. Flavius Claudianus Archelaus* (CIL II, 2408). Note-se, que a centralidade deste lugar, já apontada por vários autores, foi recentemente salientada por J. de Alarcão (1995-96, p. 28), baseando-se fundamentalmente na natureza deste monumento.

Não deixa de ser sintomático que esta localidade seja conhecida pelas suas águas termais, o que poderia condizer bem com a circunstância de ocorrer tão próximo uma dedicatória *Ninphis Lupianis*. Como já vários autores acentuaram, a ponto de se tornar uma referência tópica, especialmente depois de pertinentes considerações a esse respeito expandidas por Cortés (1958, pp. 9-15), o epíteto, nomeadamente o seu radical, apresentaria uma clara vinculação ao campo semântico de “água”. Não seria descabido que, em vez de uma genérica (ou até mesmo injustificada) referência a esta divindade como de “natureza aquática”, fosse preferível associá-la às virtudes salutíferas daquelas termas representadas nas Ninfas. Estas entidades receberiam, naturalmente, um epíteto (*Lupianae*) baseado no topónimo correspondente, determinativo de formação paralela ao apelativo que designava os seus habitantes (*Lubaeni*).

3. *Caladunum* e *Caladunus*

A documentação epigráfica mais recente a respeito de *Caladunum* e aos seus habitantes veio contribuir para alguns progressos nos conhecimentos. As virtualidades que o contributo da epigrafia manifesta neste caso concreto foram já acentuadas por A. Rodríguez Colmenero (1997, p. 30), ao sublinhar a importância que esta localidade deve ter desempenhado no plano administrativo. Verifica-se, em concreto, que, para além do próprio topónimo, conservado em Ptolomeu (*Geog.* 2,6,38) e no Itinerário de Antonino (422,5), a

epigrafia documenta a correspondente indicação de *origo*, inequívoca, apesar das dúvidas ou opiniões divergentes manifestadas por alguns autores. Mas, mais do que isso, a sua associação a um nome de um *castellum* (infelizmente de nome irreconhecível) dá bons argumentos à ilação de que *Caladunum* foi, efectivamente, sede *ciuitas*, uma das que faltava para completar o número indicado por Plínio. Contudo, este contributo, visa um outro aspecto, que tem na origem uma questão de natureza essencialmente linguística, embora com importantes reflexos no plano histórico-cultural.

O topónimo em causa apresenta-se geralmente (na realidade, poder-se-ia dizer unanimemente) como um composto em que ocorre o conhecido elemento *-dunum*. Todavia, a duplicidade onomástica referida (NL *Caladunum*, NE *Caladunus*) não pode deixar de nos recordar as considerações que há algum tempo F. Villar (1995, pp. 121-152) tecia a respeito da formação dos adjectivos denominativos. Sustentava que, contra o que alguns autores tinham defendido e perante a documentação existente, nada permitiria assegurar a existência de derivados assuffixais. Com a documentação acima invocada e a manter-se a interpretação tradicional do topónimo, teríamos a primeira demonstração contrária à proposta de Villar. Há, todavia, bons motivos para crer que não há necessidade de reconsiderar esta hipótese.

O caminho seguido por Villar consistiu em apontar explicações para a existência simultânea de NNL e indicações de *origo* correspondentes, que passavam pela formação paralela de ambos. O que aqui se postula é, exactamente uma solução deste tipo, também a dupla em causa. Só que esta alternativa tem consequência histórico-culturais não despreciables.

Deve, neste caso, aceitar-se que *Caladunum* e *Caladunus*, *-a* são ambos adjectivos denominativos, o primeiro na sua forma neutra, em consequência de ser um qualificativo de um nome neutro (por exemplo, *oppidum*, *castellum*) e o outro no masculino ou feminino, de acordo com a pessoa a que reportava. Na realidade, seria um derivado em que ocorreria um sufixo em *-n-*, amplamente usado, em particular na formação de NNE. Nesta qualidade se regista, de uma forma ampla, na variante *-ono*, embora se encontre igualmente documentada a modalidade documentada no caso em análise (Cfr. *Baedunia*).

Chegaríamos, assim, a um nome **Caladus*, aparentemente não conhecido. No entanto, ao percorrermos os repertórios onomásticos da região, recorda-se facilmente o hidrónimo *Celadus*, registado por Mela (3,10), o qual tem sido tradicionalmente identificado com o rio Cávado.

Embora não seja minha intenção discutir aqui os problemas de localização destes topónimos, não restam hoje dúvidas sobre a proximidade de *Caladunum* e o rio Cávado. A aproximação linguística entre *Celadus* e *Caladunum* teria de explicar a mudança de timbre da vogal do radical, que poderia ser devida a fenómenos de assimilação / dissimilação que se verificam em nomes como *Lemaui / Lamauorum*; *Quarquerni / Querquerni*; ou, em outras circunstâncias, *Cilin[us] / Cileni / Celenis*; *Capori / Copori*; *Cabarci / Cibarci*, todos eles da área galaica.

Ainda que não fosse viável a aproximação de *Caladunum* a *Celadus*, é pelo menos viável uma explicação linguística através de uma formação derivada, em paralelo à tradicional hipótese da sua inclusão no grupo dos nomes compostos com *-dunum*.

Como se sabe, esta última integração linguística associava-se, desde longa data, a uma determinada interpretação dos movimentos populacionais da Idade do Ferro, sendo especificamente tomada como uma prova da presença de gentes de origem gaulesa em diversas áreas da Península Ibérica. Esta antiga proposta —já D'Arbois de Jubainville a tinha colocado— foi desenvolvida por Bosch Gimpera, que a inseriu no âmbito dos movimentos de populações célticas em território hispânico.

Ainda que se questione a natureza deste fenómeno, bem como a sua cronologia, a dispersão de vestígios onomásticos de origem gaulesa por várias regiões hispânicas continua a pontuar as reflexões sobre os celtas peninsulares (Lorrio 1997, p. 47-8). E, neste contexto, o exemplo de *Caladunum* apresenta-se como o fundamento para a diversidade das componentes histórico-culturais do noroeste e para a extensão territorial abarcada pelos vestígios de origem gaulesa.

Pelos problemas que os nomes colocavam, Untermann (1985, p. 25, n. 15) tinha postulado que se excluíssem deste grupo onomástico os vestígios meridionais *Esstledunum* e *Arialdunum* e a ocorrência do Nordeste hispânico *Sebundunum* (Untermann, 2001, p. 197). O mesmo deve acontecer, portanto, a *Caladunum*. Desta forma, questionada a presença desse grupo de nomes, tão abundantes na Gália e Britânia, perdem a sua validade os argumentos que se baseavam neste elemento para a caracterização cultural dos povos hispânicos ou para o estabelecimento de uma das diversas vagas populacionais que teria aportado à Península Ibérica ao longo da Idade do Ferro.

4. *Aquis Oreginis, Aquis Ocerensis e Ocaera*

Os problemas de transmissão da onomástica antiga, especialmente os que são veiculados pelas fontes literárias, constituem um dos aspectos que pode proporcionar ainda alguns importantes contributos. Apesar de séculos de exegese e comparação das ocorrências, uma avaliação global da fiabilidade de determinadas formas ou a compreensão das variantes de topónimos e etnónimos constitui ainda um mundo a explorar.

Os itinerários romanos, pela sua natureza, apresentam-se, sem dúvida, como fontes de extraordinária relevância para o estabelecimento do repertório de nomes geográficos e sua localização. Entre eles, ocupam lugar destacado o *Itinerário de Antonino* e o *Anónimo de Ravena*, cujas características específicas os torna díspares, em relação à fiabilidade das formas transmitidas. Reconhece-se, de uma maneira geral, que o primeiro fornece, neste domínio, elementos mais seguros, optando-se normalmente por ele sempre que se trata de escolher entre duas variantes de um mesmo nome.

Isto mesmo aconteceu com o caso de *Aquis Originis* / *Aquis Ocerensis*, agora em análise, levando à generalizada preferência pela primeira forma. A opção tradicional apresenta a seu favor alguns argumentos de considerável peso: 1) o facto de também uma das Tábuas de Astorga apresentar uma forma próxima da variante preferida, no caso *Aquis Originis*; 2) a circunstância de a sequência preterida apresentar uma evidente falta de adequação flexional —na realidade, a seguirem-se as exigências da língua latina, seria obrigatório que o determinativo fosse *Ocerensibus*; 3) o próprio sentido da ex-

pressão latina implícita neste NL não parecia descabida, antes se apresentava semanticamente adequada à situação.

Todavia, a reanálise de todos os elementos disponíveis vem pôr em causa o que parecia incontestável. Trata-se de um contributo de natureza epigráfica que, na minha perspectiva obriga, pelo menos, a reconsiderar a preferência tradicional. O documento epigráfico, pela circunstância de constituir uma fonte coetânea, elaborada por indivíduos que conheceram de perto as realidades em causa, oferece, por si só, uma garantia de fiabilidade consideravelmente maior que os textos literários. No entanto, como se verá neste caso, não é apenas esta convicção que alicerça a nova proposta.

Não subsistem dúvidas sobre o facto de a *statio* viária em causa corresponder a Baños de Río Caldo, Lovios (OR), onde os marcos miliários ajudam de forma inequívoca a estabelecer o local onde se completam as 39 milhas contadas a partir de *Bracara Augusta*. A estrada romana que estabelece esta ligação pode considerar-se uma das mais bem conservadas e, pela quantidade de documentação epigráfica que proporcionou, encontra-se entre as que melhor se conhecem, especialmente no seu percurso pela parte portuguesa da Serra do Gerês, a famosa “Estrada da Geira”.

Numa das localidades pelas quais este notável vestígio de viação antiga passa, S. João do Campo, Terras do Bouro (BR), foi encontrada uma ara dedicada *Ocaere* (García, 1991, p. 176). Ainda que alguns autores tenham lido deficientemente um dos antropónimos aí registados, a forma teonímica é segura.

Parece-me inquestionável que se poderia estabelecer uma aproximação entre este ND e a forma toponímica registada pelo Anónimo de Ravena, precisamente por possuírem o mesmo radical. Ou, melhor, descontado o problema flexional aludido, que abordaremos mais adiante, *Ocerensis* facilmente poderia passar por um derivado, constituído pelo conhecido sufixo latino *-ensis* com base num nome quer bem poderia ser o teónimo ou qualquer outro equivalente. Esta circunstância leva, portanto, a pensar que as variantes registadas pelo Itinerário de Antonino e a Tábua de Astorga, radicam num processo de alteração da primitiva forma, resultante de uma metátese, facilitada pelo termo latino *Originis* e, como acima se disse, pela sua pertinência semântica neste contexto.

Perante estes dados seria possível estabelecer que, na base da variante transmitida pelo Itinerário de Antonino, *Oreginis*, deveria estar uma forma como *Ogerinis*, perfeitamente aceitável neste âmbito linguístico. De facto, para além das formações derivadas com sufixo em *-n-* se configurarem entre as mais atestadas, estão bem documentados os nomes derivados em *-ino* / *-eno* — 37 nomes geográficos, repartidos especialmente pela parte setentrional da Península Ibérica, com especial concentração na antiga Astúria e nas duas Galécias. Entre os paralelos mais notórios se encontra o NE *Cilini* / *Cileni* e o NL *Aquis Cilenis*. Desta forma, seria viável propor que o topónimo pré-romano fosse *Aquae *Ocaerinae* / **Ocerinae* ou similar.

Impõem-se, de qualquer modo, algumas considerações sobre a variante do Anónimo de Ravena. É improvável, atendendo ao que se conhece da toponímia desta região que este nome corresponde a um derivado pré-romano e tudo faz crer que corresponda, à uma formação tipicamente latina, equivalente à que anteriormente se referiu. Deste modo, teríamos, à semelhança da

dupla *Ocelaecus / Ocelensis*, a par de uma forma tipicamente hispânica, a correspondente latina. Nesta perspectiva, a sequência *Aquis Ocerensis*, se não decorre de um problema de transmissão textual, poderia resultar de um processo de analogia, em que um nome em *-ensis* foi assimilado a um nome de tema de flexão temática, talvez por influência de *Aquis*. A existência deste derivado torna-se, de resto, necessária para explicar a evolução posterior deste topónimo.

De facto, o nome da Serra do Gerês remonta verosimilmente a uma antiga variante **Ogerensis*, aquele que explicaria de uma forma mais satisfatória o apelativo actual. A documentação disponível não deixa dúvida, portanto, sobre a etimologia deste nome, para o qual se propuseram já explicações totalmente inaceitáveis. Entre as que mais se salienta destaca-se a que presumia, em primeiro lugar, que a forma *Jurez*, generalizado do lado espanhol e igualmente atestada em documentação antiga (Girão 1953, p. 82-84), seria a forma primitiva e a partir dela se deveria procurar a etimologia. Sugeria-se nomeadamente uma relação, no plano do radical, com o actual orónimo *Jura*, o que está, nestas circunstâncias, fora de questão.

Ocaera, **Ogerinis* e *Ocerensis*, as formas atestadas ou a que se poderia atribuir um bom grau de fiabilidade, apresentam vestígios na toponímia actual —ainda que o processo evolutivo esteja apenas fragmentariamente documentado. A designação *Serra do Gerês* (de um primitivo *Serra d'Ogerês*), reporta-se, como se viu, muito provavelmente à última das três ocorrências citadas. E. Bascuas (2002, p. 238) aportou recentemente abundante e significativa documentação medieval do Mosteiro de Celanova que atesta precisamente, de modo inequívoco, algumas formas intermédias que sustentam esta origem: *Augeres* (em documento de 1024), *Ugeres* (1074), *mons Ugeredi* (1095), *monte Ugeres* (1096), *Ogeres* (1100). Embora este autor não tenha remetido para os elementos mais antigos, de origem pré-romana e romana, identifica correctamente a sua dependência de um derivado latino em *-ensis*, (Bascuas, 2002, pp. 239-240) e afasta-se completamente de explicações linguísticas que tinha como base a forma *Jurez*. Todavia, devem reconsiderar-se as relações que estabelece entre as diversas variantes documentadas, uma vez que não se trata de evolução *Ugeres > Ogeres*, mas da sua inversa. Por outro lado, tem de entender-se *Augeres* como uma restituição latina medieval de um suposto ascende da forma *Ogeres*, que ainda subsistia.

Por fim, a *Estrada da Geira* (< *Estrada do Geira* < *Estrada d'Ogeira*, com correcção de uma aparente incongruência) corresponderia ao caminho designado por um apelativo muito próxima da ocorrência teonímica *Ocaere*, que acima se referiu.

REFERÊNCIAS

- Abascal Palazón, J. M. (1994): *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*, Madrid -Murcia
- Alarcão, J. de (1995-96): “As *ciuitates* do norte de Portugal”, *Cadernos de Arqueologia*, série II 12-13, pp. 25-30
- Almeida, C. A. F. de (1981): “Nova estátua de guerreiro galaico-minhoto (Refojos de Basto)”, *Arqueologia*, Porto, 3, pp. 111-116
- (1982): “Resposta” (a Armando Coelho Ferreira da Silva), *Arqueologia*, Porto, 5, pp. 82-4
- Bascuas, E. (2002): *Estudios de hidronimia paleoeuropea gallega*, Universidad, Santiago de Compostela
- Bosch Gimpera, P. (1974): *Paletnología de la Península Ibérica. Colección de trabajos sobre celtas, iberos, vascos, griegos y fenicios*, Graz
- Calo Lourido, F. (1983): “Arte, decoración, simbolismo e outros elementos da cultura castexa. Ensaio de síntese”, *Estudos de cultura castrexa e de historia antiga de Galicia*, ed. G. Pereira Menaut, pp. 159-185, Santiago de Compostela
- Cortés, L. (1958): “*Lupianus* hidronímico y antroponímico y la raiz hidronímica *Lub-, Lup-*”, *Cinquième Congrès International de Toponymie et d'Anthroponymie. Actes et Memoires*, II, pp. 9-13, Salamanca
- Ernout, A. (1953): *Morphologie historique du latin*, 3.^a ed., Ed. Klincksieck, Paris
- Etienne, R. (1958): *Le culte impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*, Ed. E. de Boccard, Paris.
- Garcia, J. M. (1991): *Religiões antigas de Portugal*, INCM, Lisboa.
- García Martínez, S. (1995): “Los diferentes artes y oficios en el Noroeste hispano-romano”, *Conimbriga* 34, pp. 147-68
- Girão, A. de A. (1953): “Saneamento corográfico e toponímico”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos* 6-7, pp. 81-91
- Guerra, A. (1998): *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, dissertação de doutoramento apresentada a Universidade de Lisboa, Lisboa
- Jordán Cólera, C. (1998): *Introducción al celtibérico*, Departamento de Ciencias de la Antigüedad, Zaragoza.
- Leumann, M. (1963): *Lateinische Laut- und Formen-Lehre*, C. H. Beck'sche V., München.
- Machado, J. P. (1984): *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*, Ed. Confluência, Lisboa.
- Pena, M. J. (1990-91): “Algunos rasgos dialectales del latín de Hispania”, *Faventia* 12-13, pp. 389-400
- Pereira Menaut, G. (1982): “Los *castella* y las comunidades de Gallaecia”, *Zephyrus* 34-35, pp. 249-267
- Rodríguez Colmenero, A. (1997): *Aquae Flaviae, I. Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*, Câmara Municipal, Chaves.
- (2000): “Epígrafes latinos sobre guerreiros galaicos: una clave esencial para la interpretación de la estatuaría belica del noroeste ibérico”, *L’Africa romana. Atti del XIII convegno di studio*, vol. II, pp. 1669-1684.

- Silva, A. C. F. (1985): “Novos dados sobre a organização social castreja”, *Actas del III Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas*, ed. J. de Hoz, pp. 201-224, Salamanca.
- (1980): “Organizações gentílicas entre Leça e Ave”, *Portugalia*, n.s., 1, pp. 79-90
- Tovar, A. (1989): *Iberische Landeskunde. II Parte - Las tribus y las ciudades de la antigua Hispania. Tomo III. Tarraconensis*, Baden-Baden.
- Untermann, J. (1985): “Lenguas y unidades políticas del Suroeste hispánico en época romana”, *De Tartessos a Cervantes*, pp. 1-40, Köln / Wien.
- (1997): *Monumenta Linguarum Hispanicarum. Band IV. Die tartesischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Dr. Ludwig Reichert Verlag, Wiesbaden.
- (2001): “La toponimia antigua como fuente de las lenguas hispano-celtas”, *Palaeohispanica* 1, pp. 187-218.
- Vasconcellos, J. L. (1941): *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, vol. III, INCM, Lisboa.
- Villar, F. (1995): *Estudios de celtibérico y de toponimia prerromana*, Ed. Universidad, Salamanca.
- Wodtko, D. S. (2000): *Monumenta Linguarum Hispanicarum, Band V.1. Wörterbuch der keltiberischen Inschriften*, Dr. Ludwig Reichert V., Wiesbaden.

Amilcar Guerra
Faculdade de Letras, Lisboa
e-mail: amilcarguerra@mail.doc.fl.ul.pt